



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 088

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE AGOSTO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 088

80ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Requerimentos 06

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Elio Rusch 10

Dep. Reni Pereira..... 12

Dep. Ney Leprevost 13

Dep. Luiz Eduardo Cheida 15

Dep. Antonio Belinati 16

Dep. Plauto Miró 16

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch 11

Dep. Marcelo Rangel..... 17

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost 14

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello..... 18

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 19

Discussão/Votação

Requerimentos 19

Encerramento da Sessão 19

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 20

Diretoria Geral

Portarias 21

Portaria DAT 23

Publicações Administrativas:

Balancete Financeiro

Junho/08..... 23

DIÁRIO Nº 088

80ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 80ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2008

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Teruo Kato e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Cida

Borghetti, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Edson Strapasson, Elton Welter, Nereu Moura, Rosane Ferreira e Stephanes Júnior (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária, bem como o 2º Período da 2ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 268, 269, 270, 271, 272, 276, 277, 278 e 286/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

083/08: de autoria da Deputada Rosane Ferreira que, assegura, aos professores da rede de ensino público e particular de todo o território do estado do Paraná que estejam exercendo suas funções, o pagamento de 50% do valor realmente cobrado para o ingresso em estabelecimentos e/ou casas de diversões, praças esportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer, entretenimento e difusão cultural, o qual convertido em Lei tomou o nº 15876. **Anote-se - Arquivo-se.**

168/08: do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial até o valor de R\$ 10.000.000,00 ao orçamento da Secretaria de estado da Fazenda, para criação de projeto orçamentário objetivando a integralização de capital na Agência de Fomento S/A, o qual convertido em Lei tomou o nº 15877. **Anote-se - Arquivo-se.**

210/08: do Poder Executivo que, dá nova redação ao artigo 3º, da Lei nº 14077, de 04/07/03, o qual convertido em Lei tomou o nº 15878. **Anote-se - Arquivo-se.**

017/08: de autoria do Deputado Dr. Batista que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Minao Okawa, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.879. **Anote-se - Arquivo-se.**

142/08: de autoria do Deputado Dr. Batista que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Paulo Sakai, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.880. **Anote-se - Arquivo-se.**

867/07: de autoria do Deputado Professor Luizão que, dispõe que as empresas que confeccionam carimbos ficam obrigadas a exigir documentos que comprovem a veracidade das informações do solicitante, o qual convertido em Lei tomou o nº 15881. **Anote-se - Arquivo-se.**

041/08: de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi que, denomina Colégio Estadual Antonio dos Três Reis de Oliveira, o estabelecimento de ensino localizado no lote 7-B/1, Gleba Fazenda Gaúcha, ao lado do Conjunto Habitacional Dom Romeu Alberti, no município de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o nº 15882. **Anote-se - Arquivo-se.**

238/08: do Tribunal de Justiça que, reajusta os proventos de aposentadoria e os benefícios de pensão dos servidores do quadro efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 15883. **Anote-se - Arquivo-se.**

061/08: de autoria do Deputado Edson Strapasson que, dá nova redação aos artigos 152, 154 e 156, da Lei Estadual nº 15608, de 16/08/07, que estabelece as normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 15884. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 279/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 499/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 280/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 533/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 281/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 844/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 282/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 016/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 285/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 029/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CEE/G 035/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, informando que o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a expressão “no Brasil” contido no artigo 2º da Lei Estadual nº 13519, de 08/04/02. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 367/08-GAB do Sr. Orlando Pessuri - Vice-Governador do Estado do Paraná, comunicando seu afastamento do dia 02/08/08 com destino a Andesito (Argentina), quando serão tratados temas relacionados a Aduana, e outros complementos necessários para habitação de transporte de cargas do Centro de Fronteiras. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 537/08-GP do Sr. José Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, dando nova redação ao parágrafo 2º do artigo 86. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 538/08-GP do Sr. José Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre reajuste de 5% (cinco por cento), a partir de 01/06/08, incidente sobre os valores dos níveis de vencimento básico dos cargos de provimento em comissão, do quadro de servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 539/08-GP do Sr. José Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que trata da criação de 2 (dois) cargos de Juiz de Direito Substituto para a Comarca de Foz do Iguaçu, entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 540/08-GP do Sr. José Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que trata da criação do Fundo da Justiça, do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com a finalidade de dar cumprimento ao processo de estatização das serventias do Foro Judicial, em observância ao estabelecido no artigo 31 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal e no artigo 1º, parágrafos 5º e 6º, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 569/08-GP do Sr. José Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que concede gratificação pelo desempenho de atividades com risco de vida, no percentual de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 570/08-GP do Sr. José Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que trata da alteração do parágrafo 1º e da alínea "a", do artigo 3º da Lei Estadual nº 12216, de 15/07/98. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 244/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 242-AT/SETR, acerca da Indicação Legislativa nº 735. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 245/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 600/07-AJ/SESP, acerca da Indicação Legislativa nº 717. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 266/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 799/08-GP/SETI, acerca da Indicação Legislativa nº 740. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 267/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 628/08-AJ e 627/08/SESP, acerca da Indicação Legislativa nº 669. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 273/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 099/08/SEAP, acerca da Indicação Legislativa nº 776. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 274/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 099/08/SEAP, acerca da Indicação Legislativa nº 772. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 275/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 099/08/SEAP, acerca da Indicação Legislativa nº 771. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1599/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 512/08 - Tribunal Pleno, exarado no Processo nº 346545/07-TC, referente ao Recurso de Revista de Impugnação de Despesas realizadas pela Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1601/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 536/08 - Tribunal Pleno, exarado no Processo nº 287662/07-TC, referente ao Recurso de Revista de Impugnação de Despesas realizadas pela Universidade Estadual de Maringá. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1723/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 1216/08 - Primeira Câmara, exarado no Processo nº 429730/03-TC, referente à Impugnação de Despesas da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1729/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 728/08 - Segunda Câmara, exarado no Processo nº 420857/06-TC, referente à Impugnação de Despesas do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM/PR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1742/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 2159/08 - Primeira Câmara,

exarado no Processo nº 429713/03-TC, referente à Impugnação de Despesas da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 1431/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Elio Rusch, apoiado pelos Parlamentares Valdir Rossoni e Ademar Traiano, que solicitam esclarecimentos sobre precatórios compensados junto à Secretaria de Estado da Fazenda, em pagamento de ICMS. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº CEE/CC 1412/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que solicita esclarecimentos sobre liberação de verbas do programa Paraná Urbano para a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1380/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita esclarecimentos sobre valores repassados pelo SAS aos hospitais das macrorregiões no exercício de 2007 até a presente data. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1396/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita esclarecimentos sobre o Instituto Médico Legal - IML de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 387/GS do Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Dr. Batista, que solicita esclarecimentos sobre as concessionárias Rodonorte, Econorte, Rodovia das Cataratas, Viapar e Ecovia. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1887/08 - GS/SEED do Sr. Joécio Luiz Kloss - Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Plauto Miró, que solicita esclarecimentos sobre a existência de projetos para a construção ou ampliação de escolas estaduais no núcleo Santa Paula, núcleo 31 de Março, bairro Borato, jardim Los Angeles e região do Cristo Rei, todos no município de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 0738/GAB CG da Sra. Major QOPM Karin Denise Krasinski - Responsável pela Assistência do Comandante Geral da Polícia Militar, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Rosane Ferreira e Edson Strapasson, que solicitam escla-

recimentos sobre o efetivo da Polícia Militar do Paraná nos municípios de Araucária, Paranaguá e Ponta Grossa. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº 1802/08 do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que solicita esclarecimentos sobre gastos do Governo do Estado do Paraná com publicidade no município de Ponta Grossa, ano a ano, desde 1994. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CTL/CC 288/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nºs 082/08 de autoria do Deputado Fábio Camargo, 124/07 do Deputado Caíto Quintana, 130 e 132/08 do Deputado Dobrandino da Silva, 148/08 da Deputada Cida Borghetti, 154/08 do Deputado Luiz Fernandes Litro, 159 e 160/08 do Deputado Luiz Carlos Martins, 161/08 do Deputado Luiz Accorsi, 171/08 do Deputado Antonio Anibelli, 184/08 do Deputado Alexandre Curi, 191/08 do Deputado Felipe Lucas, 194/08 do Deputado Nelson Justus, 197/08 dos Deputados Miltinho Puppio e Nelson Justus, 198/08 do Deputado Dr. Batista, 199/08 do Deputado Luiz Fernandes Litro, 202/08 do Deputado Fábio Camargo, 203/08 do Deputado Nelson Justus, 205/08 do Deputado Luiz Nishimori, 217/07 do Deputado Luiz Fernandes Litro, 217/08 do Deputado Antonio Anibelli, 222/08 do Deputado Luiz Eduardo Cheida, 228/08 da Deputada Luciana Rafagnin, 230/08 do Deputado Alexandre Curi, 236/08 do Deputado Stephanes Júnior, 244/08 do Deputado Nelson Justus e 246/08 do Deputado Alexandre Curi. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 287/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 621/07 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 320/08/Agência Governo do Sr. João Carlos J. Mendes - Gerente Geral da Caixa Econômica Federal, informando sobre o contrato celebrado entre o município de Secretária de Estado da Agricultura e do Abastecimento SEAB e a Caixa Econômica Federal. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1794/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Processo nº 449184/02-TC, nos termos do artigo 1º, XXIV da LC nº 113 de 15/12/05 e artigo 16, VI do Regimento Interno deste Tribunal. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº INCRA/SR (09) D/Nº 597 da Sra. Maria Cristina Medina Casagrande - Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos e Assentamento - INCRA-PR, comunicando que foram transferidos recursos finan-

ceiros, referentes ao exercício de 2008, para a execução do convênio CRT/PR nº 10.500/08, celebrado entre INCRA/EMATER. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1805/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das principais peças do Processo nº 534082/07-TC, referente à Tomada de Contas Extraordinária da Universidade Estadual de Maringá. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 4819-SESU/MEC do Sr. Ronaldo Mota - Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, comunicando a celebração de convênio da Secretária de Educação Superior com a Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 4924-SESU/MEC do Sr. Ronaldo Mota - Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, comunicando a celebração de convênio da Secretária de Educação Superior com a Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 5063-SESU/MEC do Sr. Ronaldo Mota - Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, comunicando a celebração de convênio da Secretária de Educação Superior com a Universidade Estadual de Ponta Grossa e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1919

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença para tratamento de saúde, conforme o especificado no atestado médico em anexo, pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir da presente data.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) FELIPE LUCAS

REQUERIMENTO Nº 1923

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nilson Joselei Sampaio Rocha, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1924

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra.

Tereza Pereira de França, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1925

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Leonardo Gomes da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1926

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Alice Barbosa, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1927

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Joana Inácio de Jesus, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1928

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Hilda de Miranda Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1929

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joelson Gasparello, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1930

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Constante Moro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1931

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Oricema Barbosa de Quadros, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1932

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marilda Rosa Visbinski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1933

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Albino Américo de Araújo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1934

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alvelino Pinheiro da Rocha, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1935

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Arlete Barbosa Vilaça, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1936

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Carolina de Souza, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1937

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dorotildo Shafranski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1938

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rivaldo Borges Gonçalves, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1939

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos José Alves, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1947

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa votos de pesar à família do Sr. João Batista Siqueira, com 55 anos na cidade de Maringá.

Era casado com Mirtis Pedro Siqueira, e deixa três filhos: Jean Marcel, Aline Roberto e João Paulo (*in memoriam*), dois netos: Murilo e Pedro Vitor.

À família enlutada as sinceras condolências deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1943

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, sejam inseridos nos Anais desta Casa, votos de congratulações, ao município de Fênix, pelo aniversário de emancipação política no último dia 25 de julho.

Fênix, é um município com população de 4 mil e 871 habitantes, segundo estimativa do censo do IBGE de 2007 e possui 3 mil e 895 eleitores aptos a votar em 2008, conforme cadastro eleitoral do TRE/PR.

Seu Prefeito atual é Mauro Marangoni (PMDB), e Fênix foi emancipado no dia 25/07/60, tendo completado 48 anos.

Cumprimentos ao povo de Fênix, na pessoa das suas mais altas autoridades.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1944

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações, ao Sr. Dr. Antonio Brandão Neto, Delegado de Polícia, que assumiu a chefia da Delegacia da cidade de Arapongas.

Dr. Brandão Neto, como era conhecido, foi Delegado de Polícia na cidade de Maringá, durante dois anos e meio e obedecendo a determinação superior da Secretaria de Estado da Segurança Pública que fez cumprir um rodízio em todos os municípios, deixou Maringá e foi para Arapongas.

Congratulações pelos serviços prestados à Maringá e região.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1945

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações, ao município de Atalaia, pelo aniversário de emancipação política no último dia 28 de julho.

Atalaia, é um município com população de 3 mil e 627 habitantes, segundo estimativa do censo do IBGE de 2007 e possui 3 mil e 178 eleitores, aptos a votar em 2008, conforme cadastro eleitoral do TRE/PR.

Seu Prefeito atual é Nilson Aparecido Martins (PMDB), que era Vice-Prefeito de Antonio Carlos Gílio (PMDB), falecido recentemente.

Atalaia foi emancipada no dia 28/07/60, tendo completado 48 anos.

Cumprimentos ao povo de Atalaia, na pessoa das suas mais altas autoridades.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1946

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações, ao Sr. Dr. Márcio Vinicius Ferreira Amaro, Delegado de Polícia, que assumiu a chefia da Delegacia da cidade de Maringá.

Dr. Márcio Vinicius, foi Delegado de Polícia na cidade de Foz do Iguaçu, durante anos e obedecendo a determinação superior da Secretaria de Estado da Segurança Pública que fez cumprir um rodízio em todos os municípios, deixou Foz do Iguaçu para prestar serviços em Maringá.

Congratulações pelos serviços prestados em Foz do Iguaçu e região e votos de felicidades no trabalho em Maringá.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1920

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, requer votos de louvor e congratulações ao Dr. Cadri Massuda.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Cadri Massuda, 54 anos, nascido no Egito, naturalizado brasileiro, chegou ao nosso país muito pequenino, casou e construiu família em nossa capital, concluiu o curso de Medicina e especializou-se em ortopedia.

É Presidente da APR - Associação Paranaense de Reabilitação, onde dedica-se com desvelo e afincamento há mais de 10 anos, prestando relevantes serviços, ininterruptamente, à APR e a toda comunidade paranaense.

Em julho foi nomeado Diretor do Centro Hospitalar de Reabilitação, recentemente inaugurado em nossa capital, que é uma referência em reabilitação em nosso país.

REQUERIMENTO Nº 1921

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, requer votos de louvor e congratulações à Santa Casa de Misericórdia de Curitiba na pessoa do cirurgião bariátrico Dr. Alcides José Branco Filho.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Dr. Alcides José Branco Filho, curitibano, 42 anos, casado, duas filhas, dedica o seu trabalho há mais de sete anos na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, com desvelo e dedicação, hoje atua na área Bariátrica (cirurgia de redução do estômago). O Hospital é o primeiro do país a investir em uma ala exclusiva para receber pacientes com obesidade mórbida.

Inaugurada, em julho, a nova ala do serviço de cirurgia bariátrica e metabólica, conta com 13 leitos, o espaço consolida o hospital como referência no trata-

mento de pacientes com obesidade mórbida. Além de realizar o maior número de cirurgias no estado, a Santa Casa de Curitiba é a primeira instituição de saúde do país a disponibilizar uma ala totalmente adaptada para receber pacientes que precisam se submeter à cirurgia bariátrica.

Com a inauguração desta nova ala é a comunidade de um trabalho iniciado há cerca de dois anos, quando a fila de espera pela cirurgia bariátrica chegava a 300 pacientes. A fila de cirurgia hoje não passa de 60 pessoas.

Os investimentos na nova ala chegam a R\$ 400 mil. Além de enfermeiros exclusivos e treinados em cirurgia bariátrica, a ala possui camas, macas e cadeiras de rodas reforçadas, portas e corredores amplas e banheiros totalmente adaptados para pacientes obesos. Todos os quartos também disponibilizam ar condicionado, TV e frigobar. São duas suítes e cinco enfermarias com dois leitos cada. Cerca de 70% da capacidade de internamento será destinada ao Sistema Único de Saúde - SUS.

REQUERIMENTO Nº 1922

Senhor Presidente:

O Deputado Reinhold Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Luiz Carlos Antunes.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Natural de Erechim, Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Antunes, mais conhecido como MANO, estabeleceu residência em Rio Negro, Paraná, no ano de 1976, hoje com 45 anos, casou-se constituindo sua família em nosso estado, tem 3 filhos.

Luiz Carlos é comerciante no ramo de restaurante e é muito conhecido pelos móveis rústicos e talhados que produz na região, com a perícia de um artesão nato, consolidou seu desenvolvimento na cidade de Rio Negro.

Dedica, também, grande parte de sua vida no auxílio às pessoas necessitadas, em parceria com sua igreja, onde ajuda jovens e adolescentes a terem uma ocupação salutar, retirando-os do vício da drogas.

Com afinco e dedicação luta pelas causas da comunidade local junto com moradores há mais de treze anos, contribuindo com trabalhos filantrópicos e voluntários em prol dos mais necessitados.

REQUERIMENTO Nº 1948

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando que o DETRAN/PR informe sobre o montante de multas que foram aplicadas no município de Dois Vizinhos, nos exercícios de 2007 e 2008, e quantos recursos destas multas foram deferidos.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 328/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Atendimento para Jovens e Adultos Especiais - CAJAE, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Atendimento para Jovens e Adultos Especiais - CAJAE, entidade sem fins lucrativos, com sede e foro nesta capital, tem por finalidade promover a educação profissional de jovens e adultos com deficiência mental associada ou não a transtornos neuro-psíquicos, possibilitando que possam desenvolver profissão nos campos comerciais, industriais e agrícola, integrando-os na sociedade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 329/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a compra de bebidas alcoólicas pela Administração Pública Estadual.

Parágrafo Único. O Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário não poderão usar suas dotações orçamentárias próprias para compra de bebidas alcoólicas.

Art. 2º Considera-se bebida alcoólica, para os efeitos desta lei, a bebida que contenha álcool em sua composição, com qualquer grau de concentração.

Art. 3º As festas, eventos ou similares organizados pela Administração Pública deverão obedecer o conteúdo da presente lei, incluindo possíveis doações destinadas aos eventos.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Na esteira da grande repercussão do sucesso da Lei Seca, que está disciplinando o uso de bebidas alco-

ólicas pelos motoristas brasileiros, estamos apresentando o presente projeto de lei que pretende proibir a compra de bebidas alcoólicas pela Administração Pública do estado.

Não podemos admitir, com a resposta positiva que a Lei Seca trouxe ao cidadão brasileiro, que o estado gaste suas dotações orçamentárias em algo que ocasiona males à coletividade. Essa despesa poderia ser mais bem empregada na construção de escolas, hospitais, estradas, etc., proporcionando melhoria na qualidade de vida da sociedade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 330/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 1º da Lei nº 13445 de 11/01/02, que passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º A pessoa cujos documentos tenham sido roubados ou furtados, fica isenta do pagamento de taxa para a confecção da segunda via.”

Art. 2º Ficam revogados os parágrafos 1º e 2º do artigo 1º e o inciso I do artigo 2º, da Lei nº 13445/02.

Art. 3º A concessão do benefício de que trata esta lei, condiciona-se:

I - à apresentação de cópia da ocorrência policial (B.O.), autenticada pela autoridade que a emitiu, contendo o registro dos documentos roubados ou furtados.

II - à aquisição da segunda via do documento no prazo de 30 dias contados do registro policial do roubo ou furto.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente projeto é que o estado venha a ressarcir pelo menos em parte o ônus que o cidadão tem quando é vítima de um roubo ou furto. As organizações dos direitos civis pertencem ao estado, é óbvio. E, não é justo que o cidadão que é vítima de um assalto, seja ele de qualquer espécie, além do trauma físico e psicológico que fica por um bom tempo, fica também o prejuízo financeiro.

Não precisamos recorrer a nenhuma estatística para saber que, a maior parte dos roubos ou furtos ocorre dentro dos ônibus, pois a grande maioria da população se utiliza do transporte coletivo para se deslocar para o trabalho ou de retorno para o lar.

Considera-se, também, os furtos ocorridos nas ruas, nas praças, nas residências, etc.

Hoje, para se requerer uma segunda via dos principais documentos de um cidadão, o custo (se ainda não houve alteração) é de R\$ 42,97 para a CNH - Carteira Nacional de Habilitação; R\$ 32,65 pelo RG - Carteira de Identidade; R\$ 34,11 pelo Licenciamento Anual de um Veículo.

A Lei nº 13445, de 11/02/02, prevê a gratuidade para os idosos maiores de 65 anos e relaciona as exigências documentais para conseguir essa gratuidade.

O nosso projeto objetiva alterar a redação da presente lei, estendendo essa gratuidade para todas as vítimas de roubos ou furtos.

Afinal, não são só os idosos que são assaltados, ou que precisam de alcançar a gratuidade, afinal, os princípios constitucionais são de que “são garantidos a todos os benefícios da lei: *Da Constituição Federal, Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo I, Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - “Artigo 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: ...”*

Assim sendo, buscamos o apoio do(a)s demais Parlamentares para a aprovação do presente projeto.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Há alguns meses fomos informados que o Governo do Estado estaria compensando precatórios alimentícios com dívidas de empresas, com a Secretaria da Fazenda. Ainda no ano passado, apresentamos um requerimento solicitando algumas informações, algumas vieram, mas não na sua totalidade da forma como nós desejávamos. Reapresentamos o pedido de informações este ano, quando da Audiência Pública, aqui na Assembléia Legislativa com a presença do Secretário em exercício o Dr. Nestor Bueno, questionamos naquela ocasião a não resposta do nosso pedido de informações.

Eu sei, Srs. Deputados, que o tema é complexo e muito técnico, mas gostaria para que os Srs. Parlamentares e as pessoas do Paraná inteiro soubessem efetivamente alguns dos compromissos do Governo do Estado com os municípios, ou mesmo, do Governo Federal com os estados, e também com os municípios. Mas, quero fazer referência da nossa Constituição Federal, a Constituição de 1988, no artigo 158, da Constituição da nossa república diz o seguinte no inciso IV: *Pertencem aos municípios 25% do produto de arrecadação do imposto*

do estado, sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicações.

O que quer dizer isso, Srs. Deputados e a imprensa do Paraná, toda a receita do Paraná em termos de ICMS, ele é jogado numa conta específica, toda receita do ICMS. Temos aqui a presença de Parlamentares da mais alta qualificação técnica, por exemplo, o Deputado Enio Verri, que foi Secretário de Planejamento, que deixou o Governo a poucos dias para assumir uma cadeira aqui na Assembléia Legislativa, para que pudesse disputar também um cargo eletivo este ano. Nós temos o Deputado Reni Pereira, um Deputado que entende perfeitamente a questão tributária do nosso país, do estado e porque não dizer dos municípios. Podia citar “n” outros Parlamentares, o Deputado Caíto Quintana que foi Relator da nossa Constituição do Estado do Paraná.

Pois bem, disse que temos a receita e o ICMS do estado do Paraná e desse total 25% cabe aos municípios. A legislação que temos e a lei maior, que não poderia ser diferente, é a Constituição Federal. Temos as leis complementares federais, temos as leis ordinárias federais, aí temos as leis estaduais, sejam as leis complementares e as leis ordinárias, e também temos as leis municipais, mas nenhuma lei, nem a municipal e nem a estadual, pode se contrapor a uma lei superior, ou seja, a lei federal. E a Lei Complementar Federal nº 063 dispõe sobre os critérios e prazos de créditos das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos estados e transferência por esses recebidas pertencentes aos municípios e dá outras providências.

Passa a usar o horário do Grande Expediente

Deputado Nelson Justus, quando tomamos conhecimento que o estado está fazendo a compensação com precatórios, nós, através de nossa assessoria, procuramos nos arquivos e achamos efetivamente uma lei ordinária estadual, que é de 29 de junho de 2001, que diz em seu artigo 4º: *A compensação, nos termos desta lei, de débito fiscal com precatórios de natureza alimentícia, não será considerada forma de arrecadação tributária.*

Srs. Parlamentares e Srs. paranaenses, como é que uma lei ordinária estadual vai se contrapor a uma lei complementar federal?

A lei complementar federal está clara e diz o seguinte, em seu artigo 4º: *Do produto de arrecadação do imposto de que trata o artigo anterior, os 25% serão depositados ou remetidos no momento em que a arrecadação estiver sendo realizada à conta de participação dos municípios no imposto sobre operação relativa à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicações, aberta em estabelecimento oficial de crédito e de que são titulares conjunto todos os municípios do estado do Paraná.*

É isso o que eu disse, que todo o ICMS arrecadado no estado do Paraná, independente se a indústria está em Curitiba, Araucária, Marechal Cândido Rondon, Ponta Grossa, Londrina, Pinhais ou Foz do Iguaçu, o dinheiro é depositado em uma conta específica. E o que nós fizemos, Srs. Deputados? E por que fiz todo esse preâmbulo?

Para que possamos entender o nosso pedido de informações. Vejam os Srs. Parlamentares, no dia 15 de abril de 2008 tivemos aprovado um requerimento solicitando informações ao Secretário da Fazenda e que agora temos a resposta. Solicitamos diversas informações, entre elas o valor total dos precatórios protocolados na Secretaria da Fazenda, o valor total para o mesmo período de ICMS compensado com o precatório, o valor total repassado a cada município, como previsto na Lei Complementar nº 063/90 e assim por diante. Agora, para nossa surpresa, vejam a resposta que tivemos. Deputado Reni Pereira, não condeno e não sou contra. A lei complementar federal possibilita aos estados da federação fazerem a compensação com precatórios alimentícios com as empresas que devem para o estado do Paraná.

Então vamos, didaticamente, fazer um exemplo: a empresa A tem um precatório de R\$ 1 milhão do Governo do Estado. Ela tem em haver do Governo do Estado R\$ 1 milhão em precatórios, e existe uma outra empresa que tem débito com o Governo do Estado, a empresa B. A empresa B comprou o precatório da empresa A, com deságio, sem deságio, não nos interessa, ela comprou o precatório e foi à Secretaria da Fazenda e quitou a sua dívida com a Secretaria da Fazenda. O que aconteceu naquele momento? Naquele momento aconteceu o pagamento da dívida do Governo do Estado que ele tinha com uma empresa A em precatório e também aconteceu a quitação da dívida da empresa com o Governo do Estado com o precatório que foi apresentado.

Pois bem, vejam mais, Srs. Deputados, o que diz a lei complementar federal no artigo 4º, parágrafo 1º: *Hipótese de ser o crédito relativo ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços e transporte interestadual e intermunicipal, e de comunicação, extinto por compensação com transação, a repartição estadual deverá, no mesmo ato, efetuar o depósito ou a remessa dos 25% pertencente aos municípios na conta de que trata esse artigo.* O que quer dizer isso, Srs. Deputados? No momento em que houve a compensação da dívida da empresa com precatórios alimentícios, houve o pagamento; no mesmo ato do Governo do Estado deveria ter depositado os 25% para os municípios, o que efetivamente não aconteceu.

Agora vejam, Srs. Deputados, o documento que eu recebi da Secretaria da Fazenda em relação a compensação de precatórios. No ano de 2003 foram compensados com precatórios dívida do ICMS, vou falar números redondos, 56 milhões; em 2004, 37 milhões; em 2005, 22 milhões, em 2006, 86 milhões; em 2007, 29 milhões e 800 mil. Somando, R\$ 232.235.534,65. Esse é o ICMS que foi compensado com precatórios alimentícios, Srs.

Deputados. E a lei complementar diz que no ato em que houve a compensação deveriam ser depositados os 25% para os municípios. E quando dá esses 25%? Cinquenta e oito milhões de reais que o Governo do Estado não repassou para os municípios do estado do Paraná em cinco anos. Além disso, tirando 58 milhões, dos 232 milhões, sobram 174 milhões. Dos 174 milhões, 9% o Tribunal de Justiça teria direito, seriam 15 milhões; o Ministério Público 3,8, daria 6 milhões e 600 mil. Será que isso foi compensado? Acredito que não.

Uma certeza eu tenho: conforme a resposta enviada a nós pelo Secretário em exercício da Secretaria da Fazenda, quando eu indaguei, através da pergunta nº 03, aliás, nº 02, o valor total para o mesmo período de semestre compensado com precatório no estado e o valor total e repassado a cada município, como prevista na Lei Complementar nº 063. A resposta que recebemos é a seguinte:

“Em face da necessidade de se observar a ordem de pagamento estabelecida pelo artigo 100 da Constituição Federal, as obrigações decorrentes dos precatórios judiciais são mantidos no passivo do balanço patrimonial do estado do Paraná até o momento do pagamento. Quando então, a parcela municipal será repassada na forma prevista na Lei Complementar nº 063.”

Ora, Srs. Parlamentares, no momento em que houve a compensação, houve a quitação da dívida. Houve o pagamento da dívida da empresa com o ICMS no estado do Paraná e também houve o pagamento do estado do Paraná com o precatório.

Por que constar ainda do balanço patrimonial do estado? A própria correspondência do Secretário diz mais: “Extinto comando legal pelo decurso de prazo estabelecido para tais compensações, conforme a lei de 2001, o estado do Paraná passou a adotar o comportamento acima descrito, adequado à previsão da norma complementar da Lei nº 063.” O que diz a Lei nº 063: o repasse imediato do dinheiro para os municípios.

O estado do Paraná deixou de repassar para os municípios R\$ 58 milhões. São R\$ 144 mil que cada município deixou de receber no estado do Paraná.

Cadê a Associação dos Municípios? Sei que neste momento têm alguns Prefeitos me assistindo. Convoco o Presidente da AMP para que tome providências, requeiram o seu direito.

Isso é improbidade administrativa! É não repassar para o Prefeito o dinheiro que lhe é de direito e justo, conforme diz a nossa Constituição.

Nós Parlamentares não podemos aceitar isso calados. Quem é municipalista nesta Casa se mobilize. Os Prefeitos não podem ser passados para trás. O estado pagou a sua dívida com precatórios, compensando ICMS. Cadê o dinheiro? Não foi repassado? Não, não foi repassado. São R\$ 58 milhões. Não é convênio. É aquilo que a Constituição diz no artigo 158, está claro: 25% do ICMS é dos municípios.

Vou enviar esse documento, sim, à AMP, ao Ministério Público, à imprensa do Paraná. Não é possível tan-

tos e tantos Parlamentares que já passaram pelo Executivo. Tantos Parlamentares que são candidatos a Prefeito, os nossos Prefeitos andam com um pires na mão pedindo migalhas para o Governo do Estado e para o Governo Federal. Nos deparamos com esta triste realidade: 232 milhões compensados com ICMS precatórios e o Governo do Estado não repassa, como determina a lei complementar federal, os 25% para os municípios da conta específica. Essa é a realidade, Srs. Parlamentares.

É triste, é lamentável, no primeiro dia, na primeira Sessão após o recesso de julho, fazemos essa denúncia, mas tem que ser feita. Os Prefeitos têm que saber o seu direito. A AMP não pode ficar calada não, independente quem for seu Presidente. O Ministério Público não pode ficar calado não. O Ministério Público tem que defender os Prefeitos, neste momento. E não são só os Prefeitos, é o próprio Ministério Público que não está recebendo, é o próprio Tribunal de Justiça que não está recebendo. Nada contra, façam as compensações de acordo com a lei complementar, mas cumpram o que ela diz no artigo 4º, mas cumpram o que determina a nossa legislação: repassem os recursos para os municípios. Não é favor nenhum. É obrigação do Governo do Estado repassar porque é o dinheiro do ICMS, é o dinheiro do imposto que foi compensado com precatórios e isso tem que ser repassado.

Os municípios não têm dinheiro. Muitos municípios pararam suas máquinas por falta de combustível que não conseguem pagar. Alguns municípios não conseguem fazer o transporte escolar dos seus alunos por falta de recursos e aí vemos a triste realidade, Deputado Ney Leprevost, o estado do Paraná não repassar R\$ 58 milhões de ICMS, que é de direito, que é justo dos municípios que foram compensados com precatórios. Agradeço, Sr. Presidente. Agradeço, Srs. Parlamentares. Com toda certeza, esse tema será motivo de voltarmos aqui na tribuna. Peço desculpas ao Deputado Reni Pereira, ao Deputado Douglas, ao Deputado Edgar Bueno que me pediram aparte, mas, talvez, teremos uma próxima oportunidade. Vamos nos aprofundar, mas vamos nos unir e defender os nossos municípios e aquilo que é de direito e justo dos nossos Prefeitos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito com a palavra o Sr. Deputado Reni Pereira, no Pequeno Expediente.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, inicialmente, quero registrar o que faria num aparte ao belíssimo pronunciamento do Deputado Elio Rusch, uma questão que certamente esta Assembléia, a imprensa do Paraná, os Poderes constituídos têm que acompanhar. Aliás, Deputado Elio Rusch, não é apenas em relação aos precatórios que estão esquecendo da parte dos municípios, em relação, também, aos

bens que estão sendo dados a título de pagamento de dívida com o estado, dívidas de ICMS que estão sendo adjudicadas, também não está ocorrendo o repasse para com os municípios. Não é essa benevolência com os municípios, é essa responsabilidade de saber que a conta e a partilha do tributo estadual tem sócio e os municípios do Paraná merecem receber aquilo que é de direito.

Sr. Presidente, me inscrevi para falar, hoje, no Pequeno Expediente, em especial aos Deputados da nossa região oeste - Deputado Edgar Bueno, Deputado Elio Rusch, Deputado Duílio Genari. Infelizmente, o Deputado Dobrandino não está aqui, até por que queria confirmar com ele a notícia que tive, no sábado, na cidade de Itaipulândia, de que o Deputado Dobrandino seria o portador de um pedido de intervenção naquele município. Aquele município que, por motivos políticos, houve um consórcio para contratação do assassinato do ex-Prefeito municipal Vendelino. Isso que estou falando é o que consta no inquérito e é o que a Polícia noticiou na imprensa regional, que o motivo do assassinato foi um motivo político em que houve um consórcio, inclusive está preso o seu ex-Vice-Prefeito porque acabou renunciando e mais algumas outras pessoas que teriam se associado para levantar fundos e assassinar o Prefeito, tendo em vista que não houve um alinhamento político desse Prefeito com aqueles que esse grupo se associou para cometer o crime. Então, o objetivo era outro.

Mas, o que eu percebi naquela cidade é que o clima ainda está de beligerância, de guerra, inclusive em um momento público, mesmo com a presença de viaturas, nós percebemos que a provocação, as ameaças são muito grandes. E nós não podemos, esta Casa, permitir que ocorra um novo assassinato, independente de ser político ou não, naquela cidade, a título do poder, porque não se justifica derramamento de sangue em torno da busca do poder, quer seja em qualquer município do Paraná ainda mais em um município que era tido até então a Califórnia brasileira em virtude dos royalties que tem a cidade de Itaipulândia.

Então, chegando aqui nesta Casa hoje, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Segurança, comuniquei o ocorrido naquela cidade ao Presidente da Comissão de Segurança, Deputado Mauro Moraes, que irá convocar todos os Deputados para que possamos, de maneira oficial, esta Casa, buscar se realmente aquilo que a Polícia, que aliás merece os elogios da sociedade paranaense pela presteza e pela rapidez com que elucidou o crime, se corresponde efetivamente que o objetivo do crime era neutralizar politicamente a Prefeitura Municipal, porque se foi isso, hoje ocorreu o inverso e o objetivo está sendo alcançado.

Então, precisamos ver, precisamos falar com o Deputado Dobrandino, que, aliás, me informaram que é porta-voz de um pedido de intervenção, para que, se for o caso, esta Casa vote esse pedido de intervenção para que o processo democrático possa ocorrer naquela cidade da melhor maneira possível ou para que se esclareça à socie-

dade se efetivamente não existe um aparelhamento da máquina em virtude do processo político naquela cidade limdeira a Itaipu.

Então, era esse o meu pronunciamento e, principalmente, para tranquilizar a população de Itaipulândia: nesta Casa existe uma Comissão de Segurança. E o pedido que eu fiz à população daquele município, inclusive dos dois segmentos políticos, foi que não combatessem o ódio com o ódio, que eles fizessem aquilo que é de direito e é o dever dos políticos na época de eleição, que é pedir o voto. E que em relação à justiça, pelo episódio ocorrido e a segurança durante o processo, tanto o Governo do Estado quanto esta Casa tinham por dever em dar isso em relação àquele município. E é justamente isso que estou comunicando que estamos fazendo pela Comissão de Segurança. E tenho a certeza que não só os Deputados da região, como os Deputados de outras regiões não vão se furtar em apoiar o processo isento naquele município para que possa voltar a tranquilidade naquela localidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaria de dar as boas-vindas a todos após esse período de recesso parlamentar porque certamente foi de muito trabalho, já que todos aqui estão envolvidos nas campanhas de seus aliados, inclusive alguns Deputados são candidatos a Prefeito, em cada um dos municípios do Paraná. Quero desejar boa sorte e boa campanha aos companheiros Deputados que estão disputando eleições municipais neste ano. Quero dar as boas-vindas aos funcionários da Assembléia Legislativa, aos nossos amigos da imprensa, enfim, a todas as pessoas que fazem parte do dia-a-dia da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sr. Presidente Nelson Justus, ocupo esta tribuna inicialmente para cumprimentar toda a equipe da Prefeitura Municipal de Curitiba. Tenho em minhas mãos uma matéria do jornal O Globo de ontem, que traz resultados de uma pesquisa feita pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN. Essa é a primeira pesquisa Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Essa pesquisa mede índices como geração de emprego e renda, Saúde e Educação em municípios de diversos estados do Brasil. Entre as capitais do Brasil, a que alcançou a melhor avaliação do Índice FIRJAN, foi a cidade de Curitiba. Portanto, os nossos cumprimentos ao Prefeito de Curitiba, Beto Richa, e principalmente a toda a equipe da Prefeitura de Curitiba, aos Secretários Municipais, aos funcionários de carreira, a todos que possibilitam essa

avaliação positiva, que com toda a certeza servirá de estímulo para que se dediquem ainda mais em prol das melhorias da Saúde e da Educação na capital do Paraná.

Outro assunto, Deputado Nelson Justus, que me traz à tribuna nesta segunda-feira, é em relação a uma matéria da revista *Veja* desta semana. Diz a *Veja*: “FARC e os e-mails que comprometem. Arquivos apreendidos com a guerrilha mostram que a relação do PT com as FARC é maior do que se sabia e pode ter chegado ao Governo.

Nós, no dia 06 de março, devido a uma entrevista do Presidente do Equador, Rafael Correia, encaminhamento ofício ao Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, solicitando uma investigação, por parte da Agência Brasileira de Inteligência, sobre a informação divulgada por este Presidente de um país vizinho, de que as FARC já têm unidades instaladas no Brasil, mais especificamente na Floresta Amazônica. Ainda não recebemos uma resposta do Governo Federal em relação a essa denúncia que protocolamos. Mas nem necessária se faz essa resposta.

A revista *Veja* traz uma matéria muito bem embasada dando conta de que há cinco meses tropas colombianas abriram uma clareira na selva, próximo da fronteira da Colômbia com o Equador, realizada em território vizinho. A caçada implodiu um dos centros de comando das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC, matando 23 de seus integrantes e causando um grave incidente diplomático na América do Sul. Diz a revista *Veja*: “Em meio aos destroços, os militares recuperaram intactos três computadores portáteis, que pertenciam a Raúl Reyes, o número dois das FARC, especialista em finanças e expoente da ala mais radical e sangrenta da guerrilha, que foi morto na operação”. A memória resgatada dos companheiros de Reyes tem provocado efeitos políticos extraordinariamente positivos na região. O Presidente venezuelano Hugo Chávez, o persona non grata do estado do Paraná, aparece nas mensagens como o financiador das ações do grupo terrorista. O pouco que se revelou do conteúdo do computador do terror sobre Chávez, já fez o ditador venezuelano abrandar o tom. De revolucionário passou, de uma hora para outra, a conciliador.

Na semana passada a revista colombiana *Câmbio* publicou uma reportagem com base nos dados resgatados do computador de Reyes, mostrando que também no Brasil os tentáculos são tão grandes quanto já se suspeitava. É conhecida a histórica afinidade ideológica dos radicais do PT, felizmente uma minoria, com o grupo terrorista. Os arquivos eletrônicos apreendidos porém revelam que, desde a posse do Presidente Lula, essa aproximação foi ficando cada vez mais intensa, envolvendo integrantes do Governo em ações políticas de interesse dos guerrilheiros.

As novas evidências sobre esses laços clandestinos estão reunidas em 85 mensagens eletrônicas, trocadas por representantes das FARC entre 1999 e 2008. Apreendidos nos computadores de Reyes, os arquivos chegaram às mãos do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e foram

objeto de uma conversa mantida pelo Presidente brasileiro com o seu colega Álvaro Uribe em visita que Lula fez à Colômbia há duas semanas.

Diz ainda a revista *Veja*: um dos casos mais interessantes relatados nas correspondências apreendidas envolve o ex-Ministro José Dirceu. Em junho de 2005, quando ele ainda era o todo-poderoso Chefe da Casa Civil do Governo, houve um misterioso encontro em Cuba, entre um representante das FARC e o jornalista brasileiro Breno Hautman, em uma mensagem arquivada no dia 04 daquele mês, um guerrilheiro chamado José Luiz, faz um relato ao Comandante Reyes. E nesse relato ele teria se identificado como representante do Governo através do Ministro José Dirceu e teria dito que o Ministro não desejava se expor, portanto as relações com as FARC seria através da sua pessoa.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Além disso, existe o caso de Olivério Medina, cuja esposa está empregada no Ministério da Pesca. É um guerrilheiro condenado na Colômbia por vários crimes e escondido no Brasil desde 1997. É um dos principais personagens das conexões das FARC com o Governo Brasileiro.

A revista *Veja* traz ainda uma série de outras informações. É evidente que não vou ler a matéria inteira, mas o que gostaria de dizer é que não é de hoje que os tentáculos das FARC no Brasil vem sendo denunciados pela grande imprensa nacional. A própria revista *Veja*, em edições passadas, dizia que espiões da ABIM gravaram representantes da narcoguerrilha colombiana, anunciando uma doação de US\$ 5 milhões para candidatos apoiados pelo Governo Federal em 2002.

Sinceramente, Sr. Presidente Nelson Justus, não acredito em hipótese alguma que o Presidente Lula compactue com isso. Não acredito que a ala majoritária do Partido dos Trabalhadores compactue com isso. Mas, as evidências de que existem setores do Governo e setores do próprio Partido dos Trabalhadores que têm, no mínimo um relacionamento ilegal, até por tratar-se de assunto internacional que caberia ao Ministério das Relações Exteriores tratar, que isso existe, me parece que vai se tornando algo evidente.

A revista *Veja*, os jornais de circulação nacional não correriam o risco de serem alvos de um processo milionário por trazerem informações como essas. E isso é motivo de preocupação porque as FARC, Srs. Deputados, como todos sabem, promovem centenas e centenas de seqüestros em toda a América Latina. Temos o caso recente da Ingrid Betancourt que foi libertada, mas quase 1.000 pessoas ainda estão em poder da narcoguerrilha colombiana.

Temos que ser, em primeiro lugar, solidários aos nossos irmãos da América Latina, a Colômbia, a Venezuela, o Equador, que querem desenvolvimento, mas que

querem também democracia, querem também liberdade, querem também paz para o seu povo. Mas temos que, principalmente resguardar as nossas fronteiras, tratar com zelo as relações internacionais do nosso país para que o Brasil que já enfrenta tantos problemas na área de Segurança Pública, o Brasil que já trava uma luta descomunal contra o crime organizado, não tenha que também ter entre sua lista de problemas a influência de uma narcoguerrilha como é o caso das FARC.

Entendo, Sr. Deputado Duílio Genari, que o Governo Federal precisa vir a público e explicar categoricamente quais são os envolvimento que existem entre membros da sua cúpula, ou ex-membros com essa narcoguerrilha e se há autorização para isto, mesmo que autorização apenas verbal e oficiosa, porque não podemos nos conformar com esse tipo de influência no nosso país.

Temos que estar permanentemente vigilantes para defender a democracia, o estado de direito, a liberdade de imprensa, os direitos civis, os direitos humanos e os direitos individuais.

E o que as FARC representam é exatamente o oposto disso, porque as FARC não é apenas uma organização política, mas é também uma organização que vive do narcotráfico, dos seqüestros, das chantagens e de tudo o que há de mal na face da terra.

Portanto, fica aqui um apelo para que os Deputados de todos os lugares deste país permaneçam vigilantes em relação a este assunto. Estou enviando cópia desta matéria à Bancada Federal do Paraná, para que acompanhe mais de perto esta situação e estou enviando um novo expediente a presidência da república, ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Defesa e também ao Ministério das Relações Exteriores pedindo para que venham a público e expliquem sobre esta questão.

Para concluir, Sr. Presidente, quero aproveitar o ensejo com o intuito de desejar-lhe nesses seis meses uma gestão repleta de êxito na Assembléia. As conquistas desta Casa no primeiro semestre foram extremamente relevantes, a TV SINAL trouxe mais transparência à Assembléia Legislativa, o placar eletrônico passou a permitir que a sociedade acompanhe como vota cada um dos Deputados, esse painel eletrônico é, sem dúvida nenhuma, também uma conquista, as comissões durante a sua gestão passaram a desempenhar suas atividades com mais eficiência, com mais apoio da Mesa Executiva e eu espero que este trabalho, caro Presidente Nelson Justus, possa ao longo desse segundo semestre firmar-se ainda mais, porque percebemos que V. Exa. tem lutado para trazer cada vez mais medidas que promovam a transparência no Legislativo Estadual.

Por isso, parabenizo-o e desejo felicidades neste segundo semestre e espero que todos nós possamos colaborar para fazer com que esta Casa desempenhe a sua função a contento e cumprindo com o que os paranaenses tanto esperam de nós.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Organização Mundial de Saúde concluiu e publicou recentemente que aproximadamente 40% dos brasileiros estão com o peso acima do normal, estão com sobrepeso como nós dizemos, isso dá 70 milhões de pessoas aproximadamente. E desses cerca de 10,5 milhões são obesos sendo que 15% são crianças. A obesidade aliás, já é uma epidemia mundial que atinge aproximadamente 300 milhões de pessoas e o Brasil não está fora disso, como vemos. Pessoas que comem errado embora haja pessoas que nada comem, o Brasil tem aproximadamente 4 milhões de adultos que são desnutridos.

A lado desse sobrepeso e da obesidade, existem outros erros alimentares muito sérios por ignorância, muitas vezes, como por exemplo a quantidade de diabéticos que tem no Brasil, cerca de 7,5% da população hoje é diabética, metade não sabe que é e a outra metade que sabe que é tenta, a duras penas, se tratar. O fato é que nós temos um problema também muito sério com o diabetes no país. O Brasil, estima a Organização Mundial de Saúde que em 2030 cerca de 11 milhões de brasileiros serão diabéticos e é claro que isso é um passo em direção à doença, à mortalidade, aos gastos públicos e a infelicidade dos lares e dos parentes que perdem seus entes queridos.

Com o colesterol acontece a mesma coisa, com os chamados triglicérides também, enfim, nós entramos numa fase onde o erro alimentar, por má informação, conduz o indivíduo, muitas vezes, à morte precoce crianças, jovens, adultos e assim por diante.

Por isso imaginei que nós aqui do Paraná poderíamos dar uma orientação nesse sentido, exigindo que os bares, lanchonetes, restaurantes, tanto da área privada quando das escolas públicas, pudessem prever nos seus cardápios algumas questões básicas como o valor nutricional dos alimentos e bebidas, a presença ou não de glúten que desencadeia determinadas doenças, a presença de açúcares e as suas quantidades, a presença de lactose, visto que há aqueles que têm intolerância à lactose e divulgar isso nos seus cardápios. Isso para que nós, quando sentássemos à mesa de um restaurante, pudéssemos saber quantas calorias estamos ingerindo, seja na bebida, qualquer uma, alcoólica ou não, seja nos alimentos, o valor nutricional daquela comida, a concentração de açúcares, gorduras, gordura saturada, gordura total, colesterol, fibra, cálcio, ferro, sódio, nos alimentos que estão sendo disponibilizados.

Por esse motivo, Sr. Presidente e nobres Pares, protocolei um projeto de lei que dispõe sobre a obrigatorie-

dade dos restaurantes, bares, lanchonetes e estabelecimentos similares a divulgarem estas informações e tabelas nutricionais dos produtos comercializados em seus estabelecimentos. Espero que com isso possamos estar avançando, disciplinando, no Paraná, prevendo para as futuras gerações uma era de um pouco mais de prosperidade no que tange a Saúde. Tenho certeza absoluta que as futuras gerações e mesmo a atual têm a ganhar muito com isso. Claro que isso pode ensejar um custo pequeno ao restaurante, ao bar e à lanchonete, mas é extremamente pequeno se compararmos aos altíssimos benefícios de saúde, econômicos e sociais que uma medida como essa pode trazer ao nosso estado e, sem dúvida nenhuma, ao nosso país. Estou absolutamente convencido que trabalhando nesse sentido estaremos ajudando o Paraná e quem sabe a saúde de todo o Brasil.

Peço o apoio, portanto, Presidente, a este projeto, pelo qual agradeço a todos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Antonio Belinati e posteriormente o Deputado Plauto.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Presidente Nelson Justus, Deputadas e Deputados, comitê de imprensa, visitantes, telespectadores que acompanham as Sessões pela TV SINAL e pela TV MERCOSUL.

A cidade de Londrina continua reclamando ao Governo do Estado melhores condições para combater a criminalidade e para estabelecer a Segurança que a população de Londrina tem direito.

Aliás, até outro dia saiu uma reportagem em todos os canais de TV, estações de rádio, jornais lembrando que teve um acidente grave, um assassino do trânsito que causou um acidente gravíssimo, inclusive com morte, e a Polícia não tinha o maldito bafômetro para fazer o exame, porque o bafômetro estava quebrado há mais de um ano, em Curitiba, consertando.

É um passo de tartaruga para resolver pequenos problemas que acabam se tornando grandes, graves, que é a falta de estrutura para garantir um trânsito disciplinado, para tentar coibir determinados abusos e, também, para combater a marginalidade. Londrina reclama, com razão, essa falta de segurança, que a população hoje anda com medo, com pavor, até com pânico, tamanha a violência que infelizmente campeia em Londrina.

Sr. Presidente, no nosso município, Londrina, temos uma das melhores estações de rádio do Brasil, a Rádio Paiquerê - AM, do valoroso empresário JB Faria, que tem uma equipe para todas as áreas, para o lazer, para o mercado de troca, mercado imobiliário, para o futebol, para o jornalismo, para todo o tipo de programação. O JB, muito feliz e inteligente, montou uma equipe de primeira grandeza, é o que há de melhor no rádio brasileiro.

É uma rádio possante, poderosa, um jornalismo que é a grande locomotiva da Paiquerê-AM.

Parabéns ao JB, esse empresário respeitado, porque no último sábado a Paiquerê-AM promoveu e deu a abertura oficial da grande campanha eleitoral para Prefeito de Londrina, deste ano. Nove postulantes ao cargo de Prefeito participaram do debate, aqui presente o Deputado Cheida. Estive presente e todos os concorrentes ao cargo de Prefeito, um pouco mais de três horas de debate. Debate, candidato perguntando para o outro candidato, jornalista formulando as suas perguntas, os ouvintes muitos até acompanhando o debate em outros países pela internet, mandando e-mail, elogiando a Paiquerê do JB Faria. Foi uma grande oportunidade. Efetivamente, foi a primeira vez na história que uma emissora de rádio e até de televisão, consegue reunir no mesmo estúdio um grupo tão grande de candidatos a cargo de Prefeito, nove candidatos. Então todos tiveram a oportunidade de vender o seu peixe, de apresentar as suas propostas. É evidente que até faz parte do debate, um dar uma espetada no outro e receber às vezes o troco, mas o debate é assim mesmo. Então, como londrinense, como Parlamentar que representa uma boa parte da população de Londrina nesta Casa, junto com o nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida, quero que se registre nos Anais da história mais esse grande feito da Rádio Paiquerê-AM, do grande e querido empresário JB Faria. Parabéns aos jornalistas e a todos os funcionários da Paiquerê! E quem é que ganhou? Quem é que levou a vantagem no debate? Esta aí a grande interrogação. Quem é que ganhou e quem é que perdeu?

Ninguém perdeu e quem ganhou, em primeiro lugar, foi a democracia e, em segundo plano, paralelo à democracia, quem ganhou foi toda a população de Londrina, que teve a oportunidade de ficar ali mais de três horas ouvindo as discussões, as propostas e as intenções de cada candidato. Então, que esta Casa guarde no registro para a história esse voto de louvor, de congratulações a um empresário sério e que faz da Paiquerê-AM de Londrina uma das melhores emissoras de rádio do Brasil e que, mais uma vez, pela inteligência do JB, conseguiu ser o grande arquiteto e dar a partida e inaugurar a campanha eleitoral em Londrina. Parabéns JB! Parabéns à Rádio Paiquerê-AM! Parabéns ao povo de Londrina, e quero crer que todos os candidatos devem estar dizendo: “Muito obrigado JB por essa oportunidade de abrir um espaço democrático para todos nós!”

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Plauto Miró, no Pequeno Expediente.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Agora no dia 23 de julho o Presidente Lula baixou um decreto federal, que impõe multa para quem não averbar a reserva legal em suas propriedades. A verdade é que o decreto não fala só isso, Sr. Presidente! É um decreto que tenta impor uma condição, na questão ambiental no nosso Brasil e me assusta da forma como vem sendo feito, porque o Presidente Lula, no mês de julho, mês que o Congresso Nacional está parado, faz um decreto e, pasmem Srs. Deputados e produtores rurais, para vocês terem uma idéia, um fiscal do IBAMA tem uma caneta, tem a autoridade de multar uma propriedade, um cidadão ou uma empresa em até R\$ 50 milhões. Vou repetir: R\$ 50 milhões! Vejam que valor significativo, sendo que um fiscal muitas vezes ganha um salário pequeno, um salário que não condiz com a responsabilidade que ele tem, mas tem uma caneta poderosa de autuar em até R\$ 50 milhões.

É um decreto que tem 21 páginas e é abrangente em tudo aquilo que diz à questão ambiental. Ele vai desde a árvore derrubada ao pássaro apreendido ou que fica em cativeiro e aqui quero alertar a todos aqueles que têm um papagaio em casa, porque se esse papagaio não tiver autorização para estar dentro da sua propriedade, ele pode ser multado com multas significativas e o animal será apreendido. Então, aqueles que têm um papagaio e sei que no interior do nosso Paraná e do nosso Brasil são muitas as pessoas que têm um animal silvestre dentro de suas casas, até com uma ligação afetiva criada entre o proprietário e o animal, mas tem ele agora que pegar e fazer com que esse papagaio tenha autorização do IBAMA para poder estar na sua casa.

Outras questão aqui que me chamou a atenção: as queimadas. Se caso uma propriedade for queimada, um campo for queimado, pode ser que através de um raio o fogo possa ser formado dentro de uma propriedade, ele terá a sua área, sua propriedade embargada, e não podendo mais ele ali produzir, fazendo com que sérias penas de multas possam ser impostas a esse proprietário, e outras tantas que esse decreto impõe a todos aqueles que produzem no nosso Brasil, e não só no campo, na área ligada à agricultura, mas ao setor industrial, também sendo penalizado por esse decreto de uma forma que eu não considero correta, porque faz com que, à força, queira o Brasil, o Governo brasileiro, em especial o Ministério do Meio Ambiente, impor condições para o cidadão brasileiro.

Vejo que isso será alvo de muitas discussões dentro do Congresso Nacional. Vou tomar o cuidado, Sr. Presidente, de encaminhar para a Bancada Ruralista, para o Deputado Federal Abelardo Lupion, para o Deputado Caiado, para a Senadora Kátia Abreu, que tanto defende o segmento produtivo, o segmento agrícola no nosso país, e possam eles passar uma lupa, uma lente nessas leis para poderem discutir e fazer com que esse decreto que o Presidente Lula baixou possa ser

discutido, passo a passo, artigo por artigo, para que não tenhamos uma situação que venha prejudicar o setor produtivo brasileiro, em especial neste momento, Srs. Deputados, que vemos aí a preocupação do próprio Presidente Lula, dos dirigentes dos demais países com a alta dos alimentos. O alimento está subindo, por quê? É mais gente comendo no nosso planeta, é a China, é a Índia, no Brasil também, e isso, naturalmente, o que temos que fazer para poder enfrentar essa alta de consumo no planeta é produzir mais. Mas de acordo com esse decreto baixado pelo Presidente Lula, com certeza a pedido do Ministério do Meio Ambiente, ele vai fazer com que as áreas de produção não aumentem, e pelo contrário, venham a diminuir no nosso Brasil, e diminuindo as áreas de produção é menos comida, e menos comida é mais preço.

Em certas horas eu até me questiono: temos que defender o cidadão, a população, o povo, dando-lhe condição de poder adquirir um alimento com custo menor, ou temos que defender as questões ambientais, que muitas vezes extrapolam aquilo que é o certo, e naturalmente fazendo com que o cidadão seja deixado à margem de um processo que vem crescendo, essa questão ambientalista, e está engolindo o cidadão. Quem paga a conta na hora que vai ao mercado é o trabalhador, é o morador, é o brasileiro, é o cidadão, é o ser humano. E naturalmente me assusta, repito, esse decreto que o Presidente Lula baixou.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos da imprensa, senhores e senhoras, cidadãos do Paraná.

Subo à tribuna nesta tarde para falar a respeito da Lei Seca. É incontestável e animadora a estatística apresentada pela Polícia Rodoviária que houve realmente uma redução no número de acidentes e no número de mortes. Os números que eu já tenho aqui dão conta de que 14,5% foi o número da redução de mortes no trânsito no estado do Paraná após a implantação da Lei Seca.

Senhoras e senhores, estamos numa cruzada contra o fumo e contra o álcool, e nada mais justo que os bons exemplos partam das camadas oficiais.

Estou apresentando, nesta primeira Sessão, meu primeiro projeto do semestre, porque temos que ir mais fundo nessas leis. E esse projeto de nossa autoria prevê a proibição do consumo de álcool em atos oficiais e a proibição, também, de promoções de órgãos públicos regadas à bebidas alcoólicas pagas com dinheiro público. (Lê a súmula do seu projeto).

Acredito que será um bom exemplo dado por este Parlamento, que vai se estender a todos os Poderes.

Dirigir embriagado já é proibido por lei. E podemos também proibir embriagar-se com o dinheiro público.

Amanhã estaremos apresentando mais dois projetos. Gostaria de comentá-los e pedir a anuência dos Srs. Parlamentares e também com relação aos requerimentos.

Quero deixar um registro aqui ao Sr. Governador Roberto Requião, o nosso pedido pelo Núcleo de Repressão ao Tráfico de Entorpecentes na região dos campos gerais, na cidade de Ponta Grossa. Estou fazendo o requerimento ainda nesta Sessão, porque o tráfico, principalmente o crack, na região de Ponta Grossa está aumentando a nível assustador. Como em Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu já existem esses núcleos, nada mais justo do que contemplar uma cidade de extrema importância para o Brasil, porque é um grande entroncamento rodoviário.

Peço aos Srs. Deputados para que nos ajudem, nos auxiliem aprovar o requerimento que será endereçado à Secretaria da Segurança Pública, pedindo para que o Governador instale esse Núcleo de Repressão ao Tráfico de Entorpecentes na cidade de Ponta Grossa.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Horário das Lideranças: Bloco PTB/PR; Bloco PSB/PRB/PV; Democratas.

(**Declinam**)

No Horário do PT, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente quero cumprimentar todos os colegas pelo início de mais um período legislativo, que seja profícuo para todos nós, inclusive para os Deputados que são candidatos às prefeituras do estado do Paraná.

Subo à tribuna para fazer um questionamento ao discurso do Deputado Ney Leprevost. Acho muito perigoso esse tipo de discurso. Com todo respeito que tenho pelo Deputado Ney Leprevost, é muito perigoso, com base numa reportagem da revista Veja, que todos nós sabemos o histórico dessa revista, que é uma revista ideologicamente oposta à linha do partido do qual participo, que é o Partido dos Trabalhadores, e o Deputado Ney Leprevost faça um discurso e coloque para aqueles que escutam o discurso do Deputado uma mancha sobre o partido. Ele levanta uma hipótese de que o partido tenha uma ligação com as FARC, que não é verdade, inclusive

os jornais da grande imprensa brasileira, um repórter do jornal Folha de São Paulo, jornalista Eliane Cantanhêde, uma jornalista que sempre tem um conteúdo crítico ao Governo, ninguém pode dizer que essa jornalista é defensora do Governo Federal, ao contrário, ela escreveu um artigo no jornal de domingo, dia 3 de agosto, chamado “Fantasmas”, que diz o seguinte:

(**Lê**):

“Se você espremer o que vem sendo publicado sobre os e-mails do “embaixador” das FARC no Brasil, Olivério Medina, ao seu “chanceler”, Raúl Reyes, morto pelo Exército da Colômbia em março, não sobra muita coisa.

Medina, que mora em Brasília, cita nas mensagens Deputados do PT e integrantes do Governo Lula, como Celso Amorim e Marco Aurélio Garcia. Sim, e daí? Poderia citar A, B ou C, assim como qualquer um pode me citar ou citar você. Não há referência a gestos, ações ou movimentos concretos que caracterizem uma aliança com a guerrilha.

Até prova em contrário, os e-mails não têm conteúdo prático, mas um forte componente político: alguém do Governo Álvaro Uribe está vazando textos e nomes no mínimo para constranger o Brasil.

Por quê? Ninguém sabe, nem mesmo os interessados. A suspeita é que o Ministro da Defesa, Juan Manuel Santos, candidato à sucessão de Uribe, queira endurecer ainda mais a política interna.

O resultado é que ninguém fala mais em Daniel Dantas, e o novo foco de investigação é se as FARC financiaram campanhas no Brasil e se há vínculos entre o Governo e o PT com um grupo que seqüestra e mata às centenas, ou milhares.

Por coincidência (sem ironia), a revista colombiana Câmbio circulou com os e-mails e nomes justamente no dia da Audiência Pública promovida pelo Ministério da Justiça sobre a reabertura da anistia, para processar torturadores.

Do outro lado desse Muro de Berlim à brasileira, militares reagiram com sarcasmo. “O pessoal das FARC está todo lá (na reunião)”, disse um oficial. Segundo ele, exagerando, os que querem processar militares são os mesmos que pagam fortunas em indenizações para quem seqüestrou, assaltou bancos e explodiu bombas - como as FARC...

Enfim, os e-mails da guerrilha não provam nada, a não ser que setores do Governo Uribe estão doidos para constranger o Governo brasileiro. E estão conseguindo.”

Então, esse discurso é muito perigoso. É a mesma coisa que eu viesse aqui e dissesse: olha, em determinado e-mail ele citou um Deputado do PT como aliado dos grupos paramilitares da Colômbia, que são grupos sabidamente de Direita. É a mesma coisa. É a mesma sombra que se joga sem nenhum dado concreto. Então, se trata mais de uma luta ideológica, me parece, que o Deputado

vem fazer nesta Casa, para constranger o partido, para colocar sombra sobre o partido, porque é um partido de Esquerda.

Vamos pegar a história do país, por exemplo, sabemos que tem partidos nesta Casa que hoje fazem democracia, falam de direitos democráticos, e que foram os defensores mais intransigentes e radicais do regime militar. Isso nós sabemos. Então, por favor, acho muito perigoso, principalmente vindo de uma revista como a Veja fazer esse tipo de ilação sobre o Partido dos Trabalhadores, mesmo porque acompanhando os jornais da grande imprensa temos aqui uma declaração do Ministro Marco Aurélio Garcia: “Tudo isso é uma grande armação, declara Garcia. Governo nega envolvimento com as FARC.”

Ora, eu acho que, num momento em que se mostra para todo mundo o papel realmente criminoso das FARC com relação aos reféns, principalmente sem querer discutir a história das FARC, a história da Colômbia. Sabemos que na Colômbia, tanto a polícia oficial, é completamente permeada pelo narcotráfico, assim como os grupos paramilitares de Direita e assim como as FARC também.

Então, temos que ter muito cuidado nesse tipo de afirmação. Nós, do Partido dos Trabalhadores, deveremos, toda vez que houver um tipo de citação dessas, aqui desta tribuna, rebater com muita força e muita propriedade, porque já somos muito acostumados a esse tipo de ataque indireto do ponto de vista ideológico, que tenta ferir a imagem do nosso partido em todo o país.

Então, queria deixar bem clara a minha posição com relação ao discurso do Deputado Ney Leprevost. Subi à tribuna apenas para fazer esse esclarecimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PSDB; PDT; PMDB.

(Declinam)

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Não está presente em plenário.

Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

(Declinam).

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1919, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde, conforme especificado no atestado médico, pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir da presente data. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Convoco o Sr. Alisson Wandescheer para amanhã, em horário regimental, prestar juramento e assumir o lugar do Deputado licenciado.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, requerimentos nºs 1920 a 1922, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1923 a 1939, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1943 a 1947, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1948, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Em Discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 850/07, 020, 090, 192 e 250/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 676/08**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4571, datado de 28/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria compulsória, a partir de 23/12/04, a EONEZIA VARELA CARDOSO, matrícula nº 40351, portadora do RG 3.927.723-9/PR e do CPF 319.366.449-91, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/03/84, ocupante do cargo de Agente Administrativo, nível A-61 (servente), com fundamento no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98, combinado com os artigos 3º e 7º da Emenda Constitucional nº 041/03 e artigo 171 da Lei Estadual nº 6174/70, que lhe assegura 04 adicionais, resultando em proventos calculados de modo integral, sendo reajustados com paridade, cuja correção ocorrerá nos mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, havendo, também, a inclusão de novas vantagens concedidas, mesmo em face de modificação ou transformação de cargos.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 677/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5266, datado de 18/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ELIS REGINA DEMICIANO, matrícula nº 40577, portadora do RG 23.017.298-2/SP e do CPF 620.735.839-20, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 09/07/85, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, lotada no Setor da Biblioteca, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 e 22/12/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 678/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5584, datado de 20/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a SIMONE SALLES BELINATI, matrícula nº 40165, portadora do RG 3.466.981-3/PR e do CPF 720.916.149-04, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/04/86, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nível NAA-11, lotada no Gabinete do Deputado Antonio Belinati, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 02/05/02 e 02/05/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 679/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5581, datado de 20/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a MARLI DE BASTOS STALCHMIDT, matrícula nº 40241, portadora do RG 1.845.340/PR e do CPF 470.502.769-87, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 17/08/83, ocupante do cargo de Telefonista, nível NBA-03, lotada na AEXPPAR, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 17/08/02 e 17/08/07. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 681/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5879, datado de 30/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, EDMAR COLPANI, do cargo em comissão, da Liderança do PDT, a partir de 01/07/08.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 870/08

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11907, datado de 27/11/07, deste Poder,

R E S O L V E :

1. revogar, por incorreção, o Ato da Comissão Executiva nº 2247/07, publicado no Diário Avulso desta Casa, no dia 15/01/08.

2. Retificar o Ato da Comissão Executiva nº 1740/07, publicado no Diário da Assembleia nº 104, de 03/09/07, que passa a vigorar com a seguinte redação:

conceder a ILMA ELIZABETE MOREIRA MACENO, matrícula nº 40178, portadora do RG 1.678.949/PR e do CPF 610.380.919-34, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, admitida em 17/03/83, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-04, lotada na Procuradoria Geral, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 17/03/97 e 17/03/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 869/08

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5744, datado de 26/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 353/99, na parte onde consta “quinquênio compreendido entre 21/12/02 e 21/12/07”, que passa a vigorar como quinquênio compreendido entre 01/08/92 e 01/08/97.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14/07/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral***Portarias*****PORTARIA Nº 165/08**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar a Portaria nº 156/08, publicada no Diário nº 081 desta Casa, no dia 08/07/08, que concedeu licença ao funcionário MARCELO ERONI PELANDA, matrícula nº 3-6447.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17/08/06

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 166/08

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6365, datado de 15/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar a Sra. LIGIA MARCIA VIDAL CASSOU, funcionária do Quadro Efetivo deste Poder, a licenciar-se de suas funções, a partir de 01/07/08, sem prejuízos de seus vencimentos, para concorrer ao mandato eletivo no pleito de 05/10/08, de acordo com a legislação vigente.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/07/08

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 167/08

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6051, datado de 03/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar o funcionário deste Poder Legislativo, EVERTON CESAR DE OLIVEIRA, matrícula nº 41006, na Coordenação de Segurança, atribuindo-se-lhe Gratificação de Insalubridade.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21/07/08

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 168/08

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6274, datado de 09/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, ERONI APARECIDA CUSTÓDIO, matrícula nº 40242, de 200 (duzentos) dias, a partir de 25/03/08 com término em 12/10/08, CID. G 61.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 169/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6605, datado de 18/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, CARLOS ARTHUR BONATO, matrícula nº 40306, de 15 (quinze) dias, a partir de 11/07/08 com término em 25/07/08, CID. 10 H 19.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 170/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6604, datado de 18/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, JOSÉ ROBERTO SALATA, matrícula nº 40617, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 17/07/08 com término em 13/11/08, CID. 10 C 04.1 + C 01.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 171/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 5867, datado de 30/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar o Sr. ROGÉRIO MILLÉO, funcionário do Quadro Efetivo deste Poder, a licenciar-se de suas funções, a partir de 04/07/08, sem prejuízos de seus vencimentos, para concorrer ao mandato eletivo no Pleito de 05/10/08, de acordo com a legislação em vigor.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/07/08

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 172/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6275, datado de 09/07/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para efeito de aposentadoria, na ficha funcional de ALVANYR MARA JARESKI GRAHL, matrícula nº 40450, portadora do RG nº 1.297277-6/PR e do CPF 561.920.969-53, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 02/05/86, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, lotada na Coordenadoria de Estudos e Promoções, o tempo constante na Certidão do INSS, em que prestou serviço a Galvão Administradora de Bens Ltda, por 08 (oito) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias, período de 13/06/77 a 02/07/86, conforme dispõe o parágrafo 9º do artigo 201 da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 173/08.

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2008, aos funcionários estatutários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

Julho/08

40 - ALCEU IVO COSTACURTA

118 - SANDRA R. CANTARIN M. PACHECO

485 - EDGAR SANTOS BUQUERA

66 - LUIZ ALBERTO KUCHENBECKER

121 - LUIZ FABIO CAMPANA

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 174/08.

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2008, aos funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

Julho/08

40019 - VERA LUCIA DOS SANTOS DE LIMA

40122 - JOSÉ AUGUSTO TUSSOLINE DE RAMOS

40213 - DANIEL ALEXANDRE PEREIRA
 40331 - LEONOR DE CARVALHO CAVALCANTI
 40337 - ANA RODRIGUES DE CAMARGO
 40376 - BERNARDO FELICE BERTOLDI
 40436 - MARIA REGINA SUBTIL
 40671 - NORMA DAL BIANCO DE ANDRADE
 40707 - LUIZ ALBERTO DE LIMA
 40764 - GERSON GONÇALVES DE MORAES
 40765 - SILVANA DO ROCIO P. MOCELIN
 40799 - HENRIQUE ANTONIO CREDIDIO
 40836 - SIMONE BOABAID
 40876 - GIANNA DE SOUZA M. C. SILVA
 40897 - PAULO CESAR SANTOS
 40989 - FRANCISCO EGIDIO BREDI
 41248 - VALERIA CORTES CHAVES FRANÇA

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 175/08 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15750 de 27/12/07.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15750 de 27/12/07 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DA DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
4490 5200	2000	100	500.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 3912	2000	100	200.000,00
3390 3918	2000	100	100.000,00
3390 3947	2000	100	200.000,00
			500.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 21/07/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Publicações Administrativas:

Balancete Financeiro

Junho/08

OFÍCIO Nº 09/2008

Curitiba, 23/07/08.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de JUNHO/2008, conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA

Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
 GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Junho	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 30/06/2008
MÊS: Junho	Exercício: 2008	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	29.600.000,00	140.000.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	29.600.000,00	140.000.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	300.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	300.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	29.600.000,00	140.300.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	143.564,34	1.149.217,40
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	143.564,34	1.149.217,40
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	143.564,34	1.149.217,40
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	13.032.398,93	9.355.128,98
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	13.032.398,93	9.355.128,98
TOTAL	42.775.963,27	150.804.346,38

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Junho	MÊS: Junho Exercício: 2008	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 30/06/2008
--	-------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	27.994.589,37	134.267.732,01
Pessoal e Encargos Sociais	24.823.235,52	117.069.541,86
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.171.353,85	17.198.190,15
DESPESAS DE CAPITAL	9.102,00	134.203,26
Investimentos	9.102,00	134.203,26
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	28.003.691,37	134.401.935,27
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	3.445,00	657.285,32
Pagamentos	3.445,00	657.285,32
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	976.298,89
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	0,00	976.298,89
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	3.445,00	1.633.584,21
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	14.768.826,90	14.768.826,90
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	14.768.826,90	14.768.826,90
TOTAL	42.775.963,27	150.804.346,38

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA - Coordenadora de Contabilidade